

PIB: lições do 'milagre irlandês'

Na discussão sobre como acelerar o PIB brasileiro é inevitável a comparação com países de melhor desempenho e que passaram por um forte ajuste fiscal. Trabalhos de conceituados economistas do BNDES, IPEA e Consultorias, e recentes artigos de jornais como Estadão, Valor Econômico e Gazeta Mercantil ressaltam o "milagre irlandês" e o "salto do tigre celta".

Mostram que as reformas irlandesas tiveram como elemento central um choque de capitalismo liberal, iniciado em 1987, com severo ajuste fiscal e reduções drásticas de impostos, especialmente para as empresas.

A nosso ver, o importante a destacar é o plano que levou os gastos públicos crescerem abaixo do PIB, o que garantiu redução considerável das despesas correntes: da ordem de 55% do PIB em 1985, caíram para 26% do PIB em 2001, e continuam em queda.

O Public Service Benchmarking Body (PSBB) foi estabelecido na Irlanda em Julho de 2000, sob o Programme for Prosperity and Fairness (PPF) para por fim ao tradicional sistema de salários e estabelecer novo e moderno sistema, progressivo e mais justo. Trouxe um exame detalhado dos trabalhos, pagamentos e condições dos servidores públicos, e os comparou com os do setor privado.

Aproximadamente 10 mil funcionários públicos foram eliminados e os gastos por área sofreram grandes cortes: 6% na Saúde, 7% na Educação, 18% na Agricultura e 7% nos gastos militares. Durante todo o período de ajuste e boom, o governo irlandês teve superávit fiscal nominal, que atingiu 2,3% do PIB em 2006 e deve ficar pouco acima de 1% este ano.

Estamos à vontade para falar do assunto, pois já em Fevereiro/2005, no artigo "Inside Government", após visita que fizemos ao embaixador Stélio Amarante, em Dublin, antecipávamos dados da rigorosa política implantada na Irlanda, com exemplos inclusive de acompanhamento e controle do governo pela sociedade.

Estratégia - A política fiscal irlandesa foi e ainda é um dos pilares que sustentam o crescimento da economia. A virada começou em 1987, quando o governo comanda-



do pelo partido centrista Fianna Fáil - hoje no poder em coligação com os liberais Democratas Progressistas - decidiu enfrentar os elevados déficits fiscais e uma dívida pública próxima a 100% do PIB, e crescimento pífio da economia (0,4% em 1986).

O lançamento do Programa para a Recuperação Nacional (PNR) o primeiro de cinco pactos sociais sucessivos - foi o ponto de partida para recuperação posterior. A estratégia adotada para virar o jogo no front fiscal foi centrar os esforços em cortes de gastos, e não em aumentos de impostos, o oposto do ajuste brasileiro. A partir de 1993, a relação entre a dívida e o PIB começou a cair com força, fechando 2006 em 25%. Os gastos com juros que correspondiam à 20% das receitas, caiu para menos de 4% nos últimos anos, aponta relatório da FitchRating

Com essa folga fiscal, o governo pôde aumentar os investimentos públicos em infra-estrutura a partir de 2000. Entre 2007 e 2013 o Plano prevê investimentos de €184 bilhões de Euros (US\$ 245 bilhões).

Hoje, com população de 4,2 milhões de pessoas, e PIB US\$ 229 bilhões, a Irlanda está na elite das nações mais ricas do mundo, com PIB per capita de US\$ 54,5 mil. A prioridade do país parece virar, gradativamente, na direção de maiores e melhores gastos públicos.

Lições e realidade - No Brasil, ao contrário, no relatório "Brasil: Estado grande,

crescimento pequeno, democracia fraca," o economista e cientista político Alexandre Marinis, mostra uma relação firme entre inchaço do Estado e estagnação.

Revela que o tamanho do Estado dobrou desde meados da década de 80, passando de 10,4% do PIB em 1985 para 19,9% em 2006. No período, ocorreu a grande freada no ritmo de crescimento: a média anual de 8,8% na década de 70 caiu para 3% na de 80, 1,8% na de 90 e desde 2000, recuperou-se para 2,6%. Ou seja, com um aumento tão expressivo no tamanho do governo, a desaceleração da economia que se seguiu não deveria surpreender ninguém, diz.

Ineficiência do gasto público - O tema "Eficiência do Gasto Público" agora faz parte do "Boletim de Desenvolvimento Fiscal", uma coletânea de estudos encomendada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada a cinco economistas. Esta é a primeira vez que o governo tenta medir até onde chega a propalada ineficiência do Estado brasileiro, responsável pelo baixo nível de investimento dos governos em infra-estrutura.

A ineficiência é tão dramática que, diz o estudo, se as três esferas de governo - federal, estadual e municipal - deixassem de aplicar nas áreas de saúde, educação e saneamento algo em torno de R\$ 323 bilhões, ou 40% de seus orçamentos anuais, a redução dos recursos em nada alteraria a qualidade dos serviços públicos prestados à população, tal a ineficiência nos gastos e o desperdício do dinheiro do contribuinte.

Por isso, entendemos que o acompanhamento do setor público pelo setor privado, com participação efetiva do empresariado no aperfeiçoamento das decisões, é hoje uma questão vital para uma gestão pública eficiente e transparente, à altura dos novos desafios.

■ **Ney Castro Alves**, Advogado, é presidente da Theca CCTVM, presidente da Adeval e da Fenadistri, membro dos Conselhos Administrativos da CNF e da Acor, membro do Conselho Consultivo da BM&F e membro suplente do CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional
neyalves@theca.com.br